

Introdução

A crise do pós-Segunda Guerra Mundial delineou-se entre as tentativas de unificar o mundo sob horizontes auto-entendidos dentro de uma lógica histórico-filosófica. A Guerra Fria marcou a busca incessante por áreas de influência política, por parte dos blocos “Ocidental” e “Oriental”. A esta divisão espacial – e sobretudo simbólica – do mundo, correspondeu também a divisão entre democratas e comunistas e suas respectivas filosofias da história. Esta crise política, uma vez deflagrada, exigia uma decisão.¹ A decisão estará por sua vez relacionada às filosofias da história que buscam, em seu nome, antecipar, orientar, influenciar, ou até mesmo evitar tal decisão. Na medida em que estas filosofias da história tornam o mundo e o processo histórico em algo planejável, seja por meio do processo econômico ou do progresso moral, tendem a naturalizar a história. O processo histórico teria um *fim* inexoravelmente garantido pela filosofia da história. No caso planetário do conflito entre URSS e EUA, por seu poderio bélico, material e simbólico, os EUA possuíam papel preponderante na construção de significados e na execução de ações concretas. Representantes do “Ocidente” e da democracia, os EUA, teriam seu progresso diretamente relacionado à destruição do “outro”, neste caso o “Oriente” comunista. Neste embate, significados e significações foram empregadas no sentido de, por um lado criar identidades e formar unidades de ação social e política, e por outro lado excluir destas identidades, e do mundo, seus inimigos. A crise não era concebida, e nem tampouco revelada, enquanto uma crise política. A crise permanecia obliterada pelas imagens histórico-filosóficas do futuro e do processo histórico. Nesta antecipação do futuro, os eventos do cotidiano seriam meros prenúncios do fim anunciado. Contudo, nunca é demais lembrar que contextos são contextos, e não atores.

No Brasil este contexto de Guerra Fria também trouxe influências às estruturas argumentativas e orientou experiências diante de momentos críticos. O regime político estaria marcado pelo ambiente bipolar, estaríamos vivendo uma

¹ KOSELLECK, R. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 1999.

“democracia em tempos de Guerra Fria”.² Desta forma, valores caros à experiência democrática como a livre manifestação do pensamento e a liberdade de associação foram assim cerceados em nome da Segurança Nacional. Em relação aos atores neste contexto e a sobrevivência da democracia, os grupos à direita do espectro político foram decisivos. Não somente a UDN, mas setores expressivos do PSD, líderes militares, Associações Comerciais, grupos empresariais, órgãos da grande imprensa.³ Impediram, vetaram e golpearam a democracia até seu fim. O fim da democracia, tal qual ocorreu em abril de 1964 com a instituição do primeiro Ato Institucional implementado pelos militares, é tratado aqui, nesta pesquisa, como um desfecho inesperado. Ao menos para alguns grupos políticos e civis que apoiaram a ação militar, que o fizeram em defesa da manutenção do *status quo* e do regime democrático representativo.

No entanto, algumas leituras deste período propõem o início da década de 60 como o começo de um processo que culminaria inexoravelmente no Golpe militar de 1964. Na década de 70 as teses sobre o Golpe Militar se baseavam na crise das estruturas, seja a crise de acumulação de capital, que segundo Fernando Henrique Cardoso levava à necessidade de um Estado interventor que garantisse maior abertura para o capital estrangeiro.⁴ Ou ainda na crise das estruturas políticas, que segundo Wanderley Guilherme dos Santos levou à “paralisia decisória” e à radicalização do processo político.⁵ Destas análises estruturais apreende-se uma maneira de observar o período conturbado do governo Jango como uma fase, uma etapa dentro de um processo maior em transição que levaria inevitavelmente a um resultado autoritário. O momento final dentro do processo de transição foi entendido por estes analistas como a *crise*.

Estas análises apresentaram este desfecho – o Golpe Militar – enquanto um *a priori* que deu sentido aos eventos anteriores. A crise seria prenúncio do fim inevitável e não um momento de possibilidades abertas a um horizonte de decisões e caminhos. A crise não se revela, portanto, enquanto uma crise política,

² REZNIK, L. *Democracia e segurança nacional, a polícia política no Pós-Guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 19.

³ René Armand Dreifuss enumera um sem número de grupos empresariais que estiveram envolvidos em conspirações contra o governo de João Goulart. Ver DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do estado, ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁴ CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

⁵ SANTOS, W. G. dos. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

antes é revelada como crise estrutural de fim previamente anunciado em meio ao processo de transformação social. Tais análises não conseguiram executar um desmonte, em seu interior, das imagens opostas construídas e inventadas⁶ em meio ao embate político marcado por um dualismo rigoroso e concepções histórico-filosóficas. Os conceitos analisados nesta dissertação possuíam uma função secundariamente avaliativa em seu contexto. Identificavam grupos e qualificavam oponentes negativamente. Os movimentos históricos do passado, entretanto, não podem ser conhecidos através dos mesmos conceitos antagônicos com que foram vividos ou compreendidos pelos que dele participaram. A historiografia, neste sentido, exige a tradução destes termos do passado.

Os analistas da década de 70, sobretudo, assumiram o caráter histórico-filosófico presente nas fontes e no contexto lingüístico do momento estudado. Também sobrevalorizaram alguns aspectos estruturais ou intencionais em detrimento de aspectos políticos quotidianos. Através da metodologia da História dos Conceitos e da análise das Linguagens Políticas a pesquisa busca questionar a estrutura argumentativa destas figuras dualistas com intuito de elucidar de que maneira os grupos políticos oponentes se opunham e se negavam. O aspecto estrutural aponta para o histórico, e vice-versa. A fim de melhor analisar os discursos políticos referentes à construção de um conceito de democracia representativa que se opôs às propostas de ampliação da participação democrática ao longo do governo de João Goulart, bem como seus conceitos correlatos, esta pesquisa aproxima-se de alguns pressupostos da “virada lingüística”.⁷ Esta dissertação procura relacionar as contribuições da história do contextualismo

⁶ Segundo Eric Hobsbawm, "na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições 'inventadas' caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial (...) elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória". O autor define "tradição inventada" como "um conjunto de práticas reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado." Ver HOBBSAWM, E. "Introdução: A Invenção das Tradições", in: HOBBSAWM, E. & RANGER, T. (Orgs.). *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 9-10.

⁷ Refiro-me aos pressupostos da “Virada Lingüística”, em especial as perspectivas desenvolvidas por Q. Skinner e J.G. Pocock. Sobre isso ver: SKINNER, Q. “*Meaning and Understanding in the History of Ideas*”; “*Motives Intentions and Interpretation of texts*” e “*Reply to my critics*”, todos se encontram em TULY, J. *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Princeton, Princeton University Press, 1988. Ver também: FALCOM, F. “História das Idéias”. In: CARDOSO, C. e VAINFAS, R. *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 1997; e POCOOCK, J.G. Introdução: o estado da arte; O conceito de linguagem e o metier d'historien. In: *Linguagens do ideário político*. São Paulo, EDUSP, 2003.

lingüístico tal como realizada pela escola de Cambridge e cujos principais autores são Quentin Skinner e John Pocock, e a história conceitual alemã, especialmente aquela representada pelo trabalho de Reinhart Koselleck. A escola de Cambridge alerta para a necessidade do estudo sincrônico das idéias como atos de fala no interior de contextos lingüísticos em disputa entre si, já a história dos conceitos de Koselleck fornece ferramentas metodológicas que possibilitam relacionar à sincronia da linguagem, uma reflexão sobre as concepções temporais e a dinâmica histórica concebida pelos atores. Ou seja, como diversos estratos de tempo compõem a experiência histórica, que em uma primeira vista parece se restringir ao contexto sincrônico.

Como forma de justificar a escolha teórico-metodológica para esta pesquisa, cabe citar o historiador alemão Reinhart Koselleck quando afirma que a “linguagem e fatos políticos e sociais aparecem de formas diferentes para o historiador e para os atores da história”.⁸ Quando esta regra não é observada, corre-se o risco de entender a correspondência entre conteúdo conceitual e realidade como identidade, transformando toda fonte conceitualmente clara em história. As ferramentas metodológicas estão a serviço do historiador para que não se confunda história política com linguagem conceitual. Como procedimento necessário à análise das ações políticas obtidas através dos atos de fala, as propostas metodológicas apontadas por Koselleck oferecem uma leitura interessante da relação entre as palavras e as coisas, entre linguagem e mundo – ou *dogmata* e *pragmata* nas suas palavras.⁹ Todo conceito político de base quando empregado indica algo que está além da língua, relacionando-se diretamente com aquilo que se pretende compreender, tornando inteligível o seu conteúdo. Os conceitos podem ser entendidos, portanto, tanto como indicadores, como fatores – *indikator/faktor* – das práticas sociais.¹⁰ As disputas significadas por seus atores entre “democratas”, “demagogos”, “agitadores” e “comunistas” no Brasil da década de 1960, por exemplo, podem revelar aspectos das disputas pela contenção da participação política na democracia para além dos limites eleitorais. As reivindicações pela ampliação da participação no regime representativo foram

⁸ KOSELLECK, R. *Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006, p. 194.

⁹ Ibid.

¹⁰ KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 05, n.10, 1992.

significadas por grupos conservadores como seu respectivo anátema. Estas disputas revelam por sua vez um contexto lingüístico marcado por idiomas políticos orientados por uma lógica histórico-filosófica, pelo dualismo entre moral e política e por conceitos dispostos em uma oposição assimétrica e antitética. Estes aspectos marcam o caráter histórico deste contexto lingüístico.

A democracia no Pós-Guerra emerge como um valor universal. Este mundo bipolar esteve dominado por uma estrutura lingüística dualista. A estratégia argumentativa adotada pelos Estados Unidos, enquanto representante maior do bloco “Ocidental” capitalista, tinha como foco principal a difusão de um conceito de democracia que estaria associado ao capitalismo e que se oporia radicalmente ao comunismo, visto como expressão de autoritarismo e totalitarismo. Ao longo da década de 50 e 60, EUA e Europa viveram experiências políticas nas quais os temas da *participação* e *estabilidade* eram muito caros aos teóricos da democracia. De acordo com Carole Pateman, a palavra “participação” torna-se parte do vocabulário político nos últimos anos da década de 60. A autora refere-se basicamente aos acontecimentos estudantis que reivindicavam maiores mecanismos de participação na educação superior.¹¹ Ainda segundo a autora, Charles de Gaulle, em campanhas políticas utiliza “participação” como palavra de ordem; na Grã-Bretanha, ganha importância com o relatório Skeffington sobre o planejamento e nos EUA o programa antipobreza que incluía fundos para o “máximo possível de participação” dos afetados por ela. No entanto, o uso generalizado em diversas experiências políticas indica sua importância semântica neste contexto e aponta para suas qualidades polissêmicas.

A entrada de parcelas da população antes alijadas do processo eleitoral trouxe ao debate político questões e problemas que marcaram profundamente o processo democrático brasileiro dos anos 50 aos 60.¹² A presença de um contingente expressivo de trabalhadores no processo democrático trouxe para “ordem do dia” reivindicações deste grupo que estiveram por sua vez ligadas às

¹¹ PATEMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

¹² Ao longo dos primeiros 55 anos republicanos, a participação política eleitoral no Brasil esteve reduzida a menos de 5% do total da população. Nas eleições de 1950, esta marca era de 16%, e chega a 18% em 1960. Nas eleições presidenciais de 1946, 6.2 milhões de eleitores votaram; em 1950, 8.2 milhões e em 1960, 12.5 milhões de eleitores participaram do pleito. Também é importante frisar que, nos anos 50, seriam adotadas na esfera eleitoral, uma série de medidas para diminuir a probabilidade de coação a que estavam submetidas as populações mais dependentes do poder público ou privado, sobretudo no interior do país. Ver LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas: o processo partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora: IUPERJ, 1991.

propostas trabalhistas. Os grupos conservadores lutarão contra o nacionalismo *democrático* de apelo popular, por sua herança varguista e por seu caráter à esquerda deste espectro político, sua referência à ampliação da participação política das classes subalternas.¹³ No pós-Segunda Guerra, e com intensificação após 1959, – e das leituras que radicalizam a Revolução Cubana – a democracia enquanto um valor “Ocidental” será defendida em oposição ao comunismo “Oriental”. No Brasil, esta dicotomia assume a lógica dualista da separação entre política e moral, bem como a oposição de representação política à participação política, que será referida à “agitação comunista”.

Diante da presença, já inevitável, das classes subalternas no processo eleitoral os grupos conservadores buscarão conter as reivindicações em direção ao alargamento desta participação sem que isto represente uma quebra das liberdades nem a fuga dos marcos liberais do regime. Os grupos à esquerda por sua vez, destacando a participação dos sindicatos e posteriormente de militares de baixa patente, ao longo do governo de João Goulart radicalizam suas reivindicações e ações em direção a uma democracia mais “substantiva”. Os grupos conservadores em contrapartida também radicalizarão seu discurso moralista e, diante da impossibilidade de exclusão desta parcela inserida no processo democrático, o que soaria como uma medida antiliberal, direcionarão seus esforços para limitar esta participação às convocações eleitorais e construir uma cultura política despolitizada e apartidária caracterizada pela *tranqüilidade* e pelo *bom-senso*. Estes grupos conservadores vão empenhar-se na defesa e manutenção do regime democrático representativo.

No debate sobre a teoria democrática desenvolvido nos EUA e na Europa, ao longo dos anos 50 e 60, estiveram presentes, entre outros, aspectos relacionados à participação, à ordem, à estabilidade e aos limites democráticos. Robert Dahl, em 1956, revelando seu caráter pioneiro na sistematização de uma teoria para a democracia, no início de *Um Prefácio à Teoria Democrática*, observa que “não há uma teoria democrática – existem apenas teorias democráticas”.¹⁴ Apesar disto, o autor admite a existência de uma “teoria

¹³ GUIMARÃES, C. Vargas e Kubitschek: A longa distancia entre a Petrobrás e Brasília. In: CARVALHO, M. A. R. de; LESSA, R. **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

¹⁴ DAHL, R. *Um Prefácio a Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989, p. 131.

tradicional”.¹⁵ Fundamentando sua teoria democrática na poliarquia, ou seja, governo das múltiplas minorias, apresenta um modelo “adequado” à realidade moderna. Tal qual Schumpeter, concebe a democracia enquanto um método político, um “arranjo institucional” centrado no processo eleitoral e em seus representantes.¹⁶ O controle popular sobre o governo seria cumprido no ato de votar dos cidadãos comuns, pois desta maneira os não-líderes exerceriam controle sobre os líderes. A competição seria, portanto, o aspecto democrático do processo eleitoral, visto que o cidadão pode transferir seu apoio para outro grupo político “afetando relativamente” os líderes. Para Dahl, a democracia diz respeito a “processos através dos quais cidadãos comuns exercem um grau relativamente alto de controle sobre seus líderes.”¹⁷

A teoria da poliarquia forneceria, também, atenção sobre a igualdade política. Esta igualdade política não deve ser definida como igualdade de controle político ou de poder. Dahl observa em setores social e economicamente subalternos uma assimetria em relação a esta igualdade, seja pelo acesso limitado aos recursos e/ou sua inatividade. Refere-se também à igualdade de oportunidades de influência sobre aqueles que tomam decisões políticas e se fazer ouvir e atender. Igualdade política, neste sentido, refere-se ao voto e à competição eleitoral. Esta igualdade política seria possível, portanto, nos regimes representativos. Para que regimes não poliárquicos se tornassem poliarquias, deveria haver uma combinação de incorporação da população no processo político – via representação – e das garantias constitucionais. Influenciado por suas leituras de sociólogos norte-americanos que analisaram o voto através de um enfoque psicológico, Robert Dahl reforça a crença na propensão à passividade dos setores mais pobres e ignorantes¹⁸, e, em sua baixa atividade política e conseqüente privação dos direitos políticos.¹⁹ Para que esta parcela se incorporasse ao processo político sem prejuízo, o autor menciona a necessidade de um “treinamento social” sem, no entanto, apontar maiores definições deste treinamento.

¹⁵ DAHL, R. *Um Prefácio a Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989, p. 131.

¹⁶ SCHUMPETER, J. Mais uma Teoria de Democracia. In: *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

¹⁷ DAHL, R. *Prefácio a Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989, p. 11.

¹⁸ DAHL, R. Op. cit., p. 82

¹⁹ Neste sentido, sobretudo a influência de BERELSON, B. R., LAZARFELD, P. F. e MCPHEE, W. N.. *Voting*. Chicago: University of Chicago Press, 1931; LIPSET, S. M. ET. AL., *The Psychology of Voting: An Analysis of Political Behavior*. Cambridge: Addison-Wesley, 1954.

Outro autor que se dedicou ao tema da teoria democrática foi Giovanni Sartori, autor europeu que publica em 1962 seu livro *Teoria Democrática*.²⁰ Sua teoria possui forte diálogo com as teorias de Dahl em relação ao aspecto poliárquico. Sartori vai além sobre papel das minorias no governo e ressalta que são as elites, em competição, que governam. Estes políticos, legítimos representantes do povo, uma vez eleitos, deveriam e teriam autonomia para decidir politicamente, não devendo sofrer interferências externas. O autor dedica especial atenção à relação entre a prática e o “ideal” democrático em sua teoria. A democracia cria expectativas, e, ao passo que estas expectativas não se realizam, os homens contemporâneos reagem desiludidos com a democracia. Uma vez estabelecido o regime democrático, o *ideal democrático* deve ser minimizado. Esta medida deve ser tomada a fim de que a “verticalidade”, ou seja, a estrutura de autoridade e liderança seja mantida bem como sua estabilidade.

O medo de que a participação ativa da população leve o regime democrático ao totalitarismo está presente em toda argumentação de Sartori. Assim como os pensadores das teorias elitistas do início do séc. XX, o italiano acredita que o povo deve “reagir”, e não “agir”.²¹ A reação neste caso seria o voto, pois este deveria ser direcionado às iniciativas e políticas das elites rivais. O autor não crê na atividade do cidadão médio. As possibilidades de mudança deste quadro estariam vinculadas à coação dos inativos e apáticos ou na penalização da maioria ativa, mas nenhum dos métodos seria aceitável em um regime democrático. Outro ponto digno de atenção em sua teoria é o aspecto da estabilidade do regime. Caso fosse exigido maximamente, como uma exigência absoluta, o ideal democrático levaria o sistema à bancarrota. Segundo Sartori, a democracia não deve mais manter guarda contra a aristocracia, como antes, mas contra a mediocridade e contra os perigos inerentes a essa mediocridade que venham a destruir os líderes democráticos, substituindo-os por contra-elites não democráticas.

Através de um procedimento por analogia, espera-se contribuir para compreensão da valorização dispensada à democracia representativa no Brasil momentos antes do Golpe militar e sua historicidade. Mesmo entendendo a democracia experimentada no Brasil enquanto um conceito específico, não se pode deixar de lado que esta democracia está posta sob os limites do contexto

²⁰ SARTORI, G. *Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

²¹ *Ibid*, p. 20.

lingüístico do momento. Ainda que *participação* e a *estabilidade* também apareçam como problemas centrais nas discussões sobre a democrática brasileira, os caminhos e respostas a estes problemas, no Brasil, foram pensados a partir de mitos e experiências políticas específicos da história do Brasil. A democracia representativa defendida pelos grupos conservadores, neste sentido, apresentava uma clara e tenaz oposição ao “comunismo”, à “agitação”, “desordem”, caos social, guerra civil e ao conflito político-ideológico e ao “amorfismo” das “massas” e das “multidões”. Este regime deveria fundar-se, na unidade, nas tradições cristãs e pacíficas do povo brasileiro, na representação via Congresso. Todos estes aspectos seriam orientados pelo *bom senso* e moderação pertencentes ao povo brasileiro. Os programas que reivindicassem mudanças relativas a uma maior participação política da população e transformações socioeconômicas que colocassem em xeque o *status quo*, estariam identificados como “inimigos do regime” e “radicais”. Num ambiente de crescente polarização ideológica e reivindicações sociais que se estendiam ao espaço público, a batalha semântica pela caracterização de “democrata” esteve diretamente relacionada ao sucesso da derrubada de João Goulart e do Golpe Militar de 1964.

Através da atenção especial a estrutura argumentativa construída e articulada em conceitos antitéticos e assimétricos que determinam posições segundo critérios tais que, ao adversário político só resta a recusa e a negação, serão observados alguns pares conceituais.²² Ao conceito utilizado para si próprio decorre um par conceitual para denominação do outro que, na realidade, equivale linguisticamente a uma privação. Esta privação por sua vez pode ser equiparada a uma espoliação. Ao estarem em oposição, *democratas* e *comunistas*, estariam dispostos dentro de uma lógica dualista na qual um grupo é detentor da moral e da virtude democráticas e, ao outro resta apenas a condição imoral e *radical* não condizente com as necessidades políticas. Dentro desta estrutura argumentativa dual e assimétrica o anticomunismo ajudou a legitimar o regime representativo enquanto único caminho político possível. A participação na política fora dos limites eleitorais e parlamentares do Congresso era vista como um vício

²² Sobre os conceitos assimétricos e antitéticos, ver KOSELLECK, R. *Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006. Para o historiador Lucien Febvre, as palavras não devem ser estudadas em si mesmas, mas sim fazendo relações com outras palavras que concordam ou se opõem a elas formando pares. Ver FEBVRE, L. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

intrinsecamente relacionado aos “comunistas” e “agitadores”. Este vício corromperia a democracia levando-a a seu fim. A participação também era referida a uma estratégia conspiratória dos comunistas para por fim ao regime democrático.

Estes conceitos – e seu respectivo idioma político – foram observados na relação direta com seu contexto lingüístico. A percepção do texto inserido em seu contexto atua na reconstrução de sua identidade histórica, ao mesmo tempo em que lhe atribui o caráter de ação, isto é, o texto é entendido como ato de fala. Nesse sentido é sobre a idéia de discurso e não sobre a individualidade dos autores, que a abordagem se baseia. Por essa trilha podemos afirmar que a análise prioriza as “linguagens do discurso”. Estas se tornam objetos para o historiador quando é possível observar a relação entre diferentes atos de fala, isto é, textos nos quais os autores compartilham vocábulos, imagens retóricas e pressupostos ideológicos, respondendo uns aos outros. Como afirma Pocock, “uma linguagem deve ser um jogo reconhecidamente aberto a mais de um jogador”.²³ A possibilidade de reconstituição de uma comunidade argumentativa ou de discurso é o que assegura seu caráter de fenômeno histórico.²⁴

Esta comunidade argumentativa compõe a cultura política deste momento. A partir da categoria de cultura política pode-se compreender como determinada interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais. Não obstante, a cultura política de determinado momento sempre incorpora uma leitura do passado histórico ou mítico que conota positiva ou negativamente textos, eventos, que compõem a construção desta memória.²⁵ Assim, este trabalho tenta produzir um trabalho que articule história política e a história cultural. Uma das razões de se trabalhar com a categoria de cultura política é a possibilidade de compreender o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, lógicas cognitivas, vivências e sensibilidades, ou seja, compreender os atores a partir de seus próprios códigos culturais.

²³ POCOCK, J. Introdução: O Estado da Arte. In: *As Linguagens do Ideário Político*. São Paulo, EDUSP, 2003

²⁴ *Ibid*, p. 72.

²⁵ GOMES, A. de C. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET; BICALHO; GOUVEIA (Org.) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2005.

A articulação entre os procedimentos da história cultural e da análise política que permite ao historiador identificar no processo político o sentido que lhe é conferido através de fatores externos. A busca pela compreensão do processo político em sua complexa relação com a realidade é um dos motivos pelo qual o conceito de cultura política torna-se ferramenta útil ao historiador que analisa processos políticos no Brasil. Esta utilidade está relacionada também com a apreensão da política para além dos espaços institucionais, procedimento de extrema relevância para se analisar a ação de agentes excluídos oficialmente do aparato estatal.

A esta pesquisa interessam os significados presentes no interior de um idioma político gestado nas páginas de importantes jornais da cidade do Rio de Janeiro. Agindo como mediadores das vozes de diversos grupos políticos, bem como atores políticos através de seus editoriais, alguns jornais, dada sua importância na reverberação e reflexividade sobre os acontecimentos políticos foram escolhidos como fonte de análise para esta pesquisa. Ao longo da experiência democrática brasileira os jornais constituíam importantes fontes de informação política. Antonio Lavareda afirma que, em 1950, 66% dos eleitores utilizavam os jornais como meio de escolher seus candidatos. Era comum a filiação partidária de alguns jornais culminando no apoio explícito a alguns candidatos em períodos eleitorais. Esta disposição dos jornais dentro do espectro político fazia com que os eleitores, ao escolherem os jornais a serem lidos, reforçassem seus vínculos políticos partidários.²⁶

Longe de esgotar as diversas vozes presentes nesta batalha de significados políticos, as páginas dos jornais são um espaço privilegiado deste momento no que diz respeito à velocidade com que os acontecimentos políticos são referidos, bem como na apreensão de vozes influentes no processo político. A escolha da cidade do Rio de Janeiro como base de análise acontece em virtude desta cidade abrigar diversos grupos políticos e permanecer, mesmo depois da transferência da Capital Federal para Brasília, como pólo central das discussões políticas no país. Vale lembrar, que mesmo após a transferência da capital para Brasília em 1960, diversos órgãos e empresas públicas, além de toda a cúpula militar, permanecem

²⁶ LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas: o processo partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora: IUPERJ, 1991, p. 128-129.

nesta cidade. A escolha dos jornais seguiu o critério da periodicidade das edições e de seu posicionamento frente às questões e dilemas do governo de João Goulart.

O *Correio da Manhã* foi fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt que em março de 1929, transmitiu a direção do jornal Paulo Bittencourt, seu filho. Este jornal era o principal matutino do Rio de Janeiro, de publicação diária e não circulava apenas às segundas-feiras. Ao destacar grande espaço interno às questões políticas, intitulando-se um “jornal de opinião”, procurava afirmar-se como defensor da “legalidade democrática” e das liberdades. Seus editoriais eram diários, não assinados, sendo publicados sempre na página 06, ocupando a primeira página apenas em situações muito especiais. Nos dois pleitos eleitorais presidenciais realizados após a morte de Vargas, oficialmente, o jornal insistiria em uma linha política “sem compromisso com quaisquer partidos e orientada por uma nítida inspiração liberal” que denominava “ortografia da casa”.²⁷ No início da década de 1960 o jornal alertava para a ameaça sofrida por esta “ortografia”. Seu ideário liberal começava a ser limitado pela “arregimentação, da superorganização de uma vida pelo Estado. Em lugar da vida humana, a vida do rebanho em uniforme”.²⁸ O jornal declarava seu temor ante o crescimento do poder do Estado. Seu liberalismo individualista era considerado pelo próprio jornal como uma posição “a favor do povo”.

O jornal condenou a condecoração de Che Guevara com a ordem do Cruzeiro, e, diante da renúncia de Jânio Quadros, que chamou de “grave resolução” não esclarecida, mostrou-se contrário. A mensagem à nação de Jânio Quadros foi considerada de teor demagógico, pois destinava-se a convulsionar o país e não apresentava dados concretos sobre as “forças reacionárias” que teriam imposto sua renúncia. Apesar de não apoiar Jango, um político herdeiro de Vargas, o jornal, em nome de sua tradição legalista, apoiou a posse do vice-presidente. Em 1962, promoveu, junto com a *Folha de S. Paulo*, o Congresso

²⁷ LEAL, C. E. *Correio da Manhã*: In: ABREU, A. A. de; BELOCH, I; LATTMAN-WELTMAN, F. e LAMARÃO, S. T. de N. (Coordenação). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós - 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 1629. Durante a campanha de 1955 o jornal assumiu uma “simpatia velada” a candidatura de Juscelino Kubitschek, que se manifestava mais claramente nas palavras de seus colunistas a título de opinião pessoal. Este apoio talvez tenha sua origem no proplado “espírito democrático” do candidato pessedista, associado a um projeto de campanha que buscava o desenvolvimento nacional através do investimento na indústria e na tolerância aos investimentos internacionais, o que de certa forma se afina com o discurso à época do jornal.

²⁸ *Ibid.*

Brasileiro para a Definição das Reformas de Base, após a declaração de Fidel Castro sobre seus vínculos com o marxismo-leninismo. O *Correio da Manhã* foi alvo de diversas pressões de agentes publicitários para posicionar-se contra o governo de Cuba e o ministro San Tiago Dantas, favorável à não-intervenção à Cuba. O jornal manteve-se contrário ao governo de João Goulart, acusando-o de radicalismo político. Sua linha política foi classificada pelo jornalista Edmundo Moniz como liberal-conservadora. O jornalista afirma, também, que o jornal não esteve envolvido nas conspirações que precederam o movimento militar de 1964, ainda que opusesse veementemente o presidente Goulart ao regime democrático. O jornal apoiou a derrubada do presidente defendendo a Constituição e o Congresso contra as pretensões subversivas de João Goulart e contra o avanço das esquerdas, que colocariam em perigo seus pressupostos liberais.

O *Diário de Notícias*, afirmava ser “o matutino de maior tiragem do Distrito Federal” e, posteriormente, do Estado da Guanabara. Fundado em 12 de junho de 1930 por Orlando Ribeiro Dantas, o jornal passou a ser dirigido, com sua morte em 1953, por sua viúva, Ondina Portela Ribeiro Dantas e por seu filho João Ribeiro Dantas. A escolha deste jornal como fonte de pesquisa recaiu particularmente por sua grande aceitação entre os funcionários públicos civis e militares. Na campanha presidencial de 1960, o *Diário de Notícias* apoiaria integralmente a candidatura de Jânio Quadros. Por este ser um candidato desvinculado dos tradicionais esquemas políticos, o ex-governador de São Paulo seria o homem ideal para promover a transformação nacional. Durante seu curto governo, o jornal apoiaria suas políticas, em especial à proposta de uma política externa independente e a condecoração de Che Guevara. Com saída de Jânio, o jornal defenderia a posse de João Goulart, em nome da manutenção da legalidade constitucional. Contrariando sua anterior tradição antigetulista, o jornal apoiou diversas medidas propostas por Goulart, entre elas as Reformas de Base. Em 1964, especialmente após o comício da Central do Brasil, o *Diário de Notícias* passaria a dar apoio às forças que pretendiam depor o presidente sob a alegação de que este, tomado por propósitos ditatoriais, estaria atentando contra a democracia e a Constituição Federal.

A *Tribuna da Imprensa*, vespertino fundado em 27 de dezembro de 1949, circulava diariamente com a exceção dos domingos; contudo compensava esta ausência com duas edições na segunda-feira, uma matutina e outra vespertina.

Este jornal pode ser considerado como a expressão de seu proprietário e fundador, Carlos Lacerda, representante carioca da “Banda de Música”, grupo de destaque dentro da UDN marcado pela histórica e contumaz oposição às propostas varguistas. A trajetória da *Tribuna da Imprensa*, que se apresentava como órgão liberal, cristão, defensor da livre iniciativa e de uma aproximação maior aos Estados Unidos, estava marcada por uma postura que propunha soluções para a democracia brasileira que, por vezes, seguiam caminhos diferentes da via eleitoral. Durante os momentos de crise, por diversas ocasiões chegou a propor soluções de emergência, “extralegais”, que tinham por objetivo “purificar” o regime e o sistema político nacional, já este se encontrava corroído pela fraude e pela infiltração comunista. Os militares teriam, assim, papel preponderante, tendo em vista que sua instituição não se encontrava “corrompida”. Sua função seria restabelecer a ordem e a “verdadeira democracia” através da implantação de um regime de urgência.

Em 1961, apelando para o perigo da infiltração comunista e de retorno da oligarquia varguista ao poder, o jornal se manifestaria a favor do impedimento da posse de João Goulart.²⁹ Para isto, mesmo já tentando apontar para os possíveis artigos constitucionais que permitiriam a ação militar, a *Tribuna da Imprensa* procura reforçar o argumento da existência de uma legalidade moral, fundada nos valores cristãos e nos costumes tradicionais do Brasil que deveria, nos momentos de crise, se impor aos formalismos excessivos da lei. Nos mês de novembro deste mesmo ano, diante de dificuldades financeiras, Carlos Lacerda viu-se obrigado a vender o jornal a Manuel Francisco do Nascimento Brito³⁰, que não conseguiu reorganizá-lo e finalmente o revendeu em 12 de março de 1962 ao jornalista Hélio Fernandes. A linha editorial mantida por Fernandes foi de sistemática oposição ao governo de João Goulart. Os editoriais do jornal, antes muitas vezes assinados por Carlos Lacerda, passaram a ser publicados em primeira página e em alguns momentos recebiam a assinatura de seu novo proprietário e diretor. Contudo, embora não fosse mais proprietário do jornal, Carlos Lacerda “mantinha relações de amizade com Hélio Fernandes e continuava a influir na linha política do

²⁹ Cabe ressaltar que embora tivesse apoiado, em 1960, a candidatura de Jânio Quadros a presidência da República, a *Tribuna da Imprensa* entraria em conflito com o presidente logo após a sua posse. Suas críticas mais duras se concentravam na proposta de política externa do presidente e no estilo centralizador de administração que impossibilitava o diálogo com os estados.

³⁰ Carlos Lacerda já havia passado a direção do jornal para seu filho Sergio Lacerda em outubro de 1960, quando foi eleito governador do estado da Guanabara.

jornal”.³¹ Em 1964, a *Tribuna da Imprensa* defenderia abertamente o *impeachment* de João Goulart e daria total apoio ao golpe. O jornal acrescentaria aos seus argumentos a repercussão da idéia de que o governo estaria se preparando para quebrar a legalidade constitucional.

O Jornal *O Globo*, durante o governo de Jânio Quadros, recebeu com repúdio a condecoração de Che Guevara e a reaproximação diplomática com países socialistas. Nesse ínterim, o jornal condenou as atitudes de Carlos Lacerda contra o então presidente Jânio Quadros. A renúncia de Jânio Quadros foi recebida com perplexidade. Inicialmente contrário à posse de João Goulart, por suas vinculações com os “agitadores comunistas”, *O Globo* apoiará a opção parlamentarista adotada pelo Congresso em setembro 1961 como forma de conciliar as posições dos ministros militares e dos grupos conservadores contrários à posse de Jango com os grupos legalistas. Durante o governo de João Goulart o jornal manteve seu posicionamento contrário às Reformas de Base defendidas pelo presidente e defendendo os interesses do capital estrangeiro. Considerava o minifúndio economicamente prejudicial e declarava-se contrário à reforma agrária, ainda que com indenizações. Foi contra o plebiscito de 1963 que promoveu o retorno do presidencialismo ao Brasil. Em março de 1964, *O Globo* apoiou prontamente a queda de João Goulart.³²

O *Jornal do Brasil*, que durante o governo de Jango teve como editorialista Alberto Dines, foi o jornal responsável por uma verdadeira mudança dos padrões técnicos e estéticos dos órgãos de imprensa do Brasil. Possuía quatro atributos que norteavam sua atuação; o *Jornal do Brasil* definia-se como um órgão “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada”. Já no início do governo de Jânio Quadros, o jornal demonstrou seu desapontamento com o presidente. A condecoração de Che Guevara foi severamente criticada pelo jornal. Defendeu a posse de Jango e a legalidade, sofrendo, na Guanabara, a censura do governador Carlos Lacerda. Apesar de ser declaradamente contrário ao parlamentarismo, o *Jornal do Brasil*, reconheceu a adoção do parlamentarismo como uma solução para o impasse criado com a renúncia de Jânio Quadros.

³¹ LEAL, C. E. *Tribuna da Imprensa*. In: ABREU, A. A. de; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F., e LAMARÃO, S. T. de N. (Coordenação). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós -1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 5795.

³² LEAL, C. E.; MONTALVÃO, S. *O Globo*. In: ABREU, A. A. de; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F. e LAMARÃO, S. T. de N. (Coordenação). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós -1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

Apoiando a Política Externa Independente, o jornal concede crédito ao governo do recém empossado João Goulart, chegando, em 1962, criticar as pressões do governo norte-americano na Conferência de Punta Del Este sobre a intervenção em Cuba. Demonstrou atitude favorável às Reformas de Base e, sobretudo, à reforma agrária, sem demonstrar-se, contudo, favorável a modificações radicais no campo. O jornal mantinha uma orientação, em termos de política econômica, ortodoxa e monetarista. Mas no que tange suas perspectivas políticas, demonstrava certo progressismo chegando a apoiar o plebiscito que decidiria sobre o retorno do presidencialismo em janeiro de 1963. Apoiou o nome de San Tiago Dantas para o gabinete em junho de 1962, reconhecendo a possibilidade de um governo de união nacional. Diante da recusa do Congresso da indicação do Ministro das Relações Exteriores, demonstrou seu descontentamento. O *Jornal do Brasil* emprestou seu apoio ao Plano Trienal, apresentado e elaborado por Celso Furtado. Com o fracasso do Plano Trienal e a inclinação do governo para a esquerda do espectro político, o *Jornal do Brasil* rompe definitivamente com Jango. Vai repudiar a Revolta dos Sargentos, em Brasília, o Comício da Central e a Revolta dos Marinheiros. Apoiou a intervenção militar e a derrubada de Goulart em nome da defesa do regime democrático, mas mostrou-se reticente em relação ao Ato Institucional e as sucessivas cassações em abril de 1964. O *Jornal do Brasil*, contudo, apoiou a posse do Gen. Castelo Branco à presidência da República, alegando que o país precisava de um Executivo forte, que exercesse real autoridade.³³

Correio da Manhã, *Diário de Notícias*, *Tribuna da Imprensa*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, foram escolhidos por abrigar e reverberar, em suas páginas, vozes de grupos políticos conservadores. Ainda que se encontrem divergências em relação aos modelos econômicos e orientações partidárias defendidos pelos jornais, em relação aos rumos e limites da democracia brasileira seguirão e radicalizarão uma postura de defesa da democracia representativa de baixa participação, pautada nos valores católicos e tributários de uma tradição democrática do povo brasileiro. A classificação por mim dada aos grupos políticos

³³ FERREIRA, M. de M.; MONTALVÃO, S. *Jornal do Brasil*. In: ABREU, A. A. de; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F.; e LAMARÃO, S. T. de N. (Coordenação). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós -1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001

envolvidos neste idioma político, de *conservadores*, seguiu seu posicionamento em relação ao regime democrático representativo e sua estrutura argumentativa.

Segundo Karl Mannheim, o pensamento conservador é função de uma situação histórica e sociológica particular.³⁴ Estes grupos políticos conservadores não apenas utilizavam-se do passado e de mitologias políticas como forma de evitar inovações; se valiam deste idioma e aplicavam conscientemente uma reflexão do processo social vinculada à estrutura argumentativa deste momento. Seu pensamento era dinâmico, e não reativo. Sua defesa da ordem vigente não era estática. Não negavam o progresso, mas vinculava-se a ele de maneira a retardá-lo. O pensamento conservador se diferencia do mero reacionarismo devido ao caráter dinâmico do contexto ao qual se insere. Ao desenvolverem um idioma próprio como contraponto aos discursos de ampliação democrática dos grupos à esquerda que se avolumavam e à constante mobilização política nas ruas de grupos extra-parlamentares, os conservadores reagiram aos acontecimentos, que em seu entendimento, os privariam de qualquer influência no presente. A participação política deveria limitar-se aos representantes eleitos pelo voto popular, pois, antes seriam os legítimos representantes do regime democrático.

À medida que grupos e associações extra-parlamentares solicitavam atenção a suas reivindicações *políticas*, grupos conservadores radicalizaram seus discursos em direção à despolitização da crise e do cumprimento de posicionamentos morais e ideais. Os grupos políticos conservadores do regime democrático representativo buscaram antecipar o fim da crise através de uma filosofia da história concatenada na tradição católica e no destino democrático a ser cumprido pelo Brasil. O anticomunismo presente no Brasil também exerceu – e certamente também o sofreu – grande influência sobre esta oposição assimétrica entre representação política e participação, na separação entre moral e política e do caráter histórico filosófico das propostas. A ideologia anticomunista foi fator importante ao prover unidade de ação política e social aos grupos que derrubaram João Goulart do poder e estiveram orientados para a manutenção de um regime representativo no Brasil.

A tentativa frustrada de tomada do poder no Brasil pelos comunistas em 1935 foi um acontecimento chave que acabou por desencadear um processo de

³⁴ MANNHEIM, K. O Pensamento Conservador. In: José de Souza Martins. *Introdução Crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec. 1986, p. 107.

institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas. Os comunistas brasileiros foram acusados de serem elementos "a serviço de Moscou" e, portanto, traidores da Pátria. Os militares que tomaram parte na revolta foram, em particular, acusados de uma dupla traição: não seriam apenas traidores do país, mas da própria instituição militar, ferida em seus dois pilares — a hierarquia e a disciplina. Na década de 60 há uma intensificação desta doutrina anticomunista com o acirramento das disputas políticas em torno do conceito de democracia tanto interna quanto externamente. O termo "anticomunismo" congrega uma gama de forças políticas e sociais heterogênea. Católicos, liberais, militares, empresários, nacionalistas, fascistas e socialistas democráticos ao longo da história do Brasil e do mundo revelaram uma postura negativa, por se posicionarem *contra* um inimigo comum. Neste sentido, a convergência entre os diversos anticomunismos ocorre apenas em períodos percebidos como de aumento do “perigo comunista”, geralmente de curta duração.³⁵ Nos acontecimentos de março de 1964 que causaram o choque direto do presidente João Goulart com as Forças Armadas, este anticomunismo compartilhado pela sociedade, grupos políticos, econômicos e militares potencializará os argumentos de quebra da hierarquia e disciplina por parte do presidente em apoio aos militares de baixa patente.

Rodrigo Patto Sá Motta propõe em seu livro *Em Guarda Contra o inimigo Vermelho*³⁶, que o anticomunismo foi um forte motivador do Golpe Militar de 1964. Dentre os militares e os civis que apoiaram o Golpe Militar havia aqueles que concebiam comunismo e corrupção como indissociáveis. A subversão e a corrupção enquanto práticas políticas estiveram amplamente identificadas aos “comunistas” na grande imprensa. Desta forma, as reivindicações de grupos à esquerda pela ampliação de sua participação no regime democrático foram identificadas à demagogia, ou seja, a corrupção política do regime democrático. Por suas falhas morais e indissociabilidade da corrupção, os comunistas seriam portadores de uma “baixa política” não possuidora de valores morais e, portanto, não possuidora de atributos democráticos. A democracia defendida nas páginas dos jornais analisados possuía forte apelo anticomunista. A corrupção também esteve vinculada ao mau uso do dinheiro público. Nos dois casos, seja a corrupção

³⁵ MOTTA, R. P. S. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*. São Paulo. Perspectiva, 2002.

³⁶ *Ibid.*

financeira ou a demagogia política, a corrupção apresentava-se como falha moral. Neste ambiente, o qual se pretendia despolitizado e livre da aporia política pelos conservadores, a política esteve reduzida ao julgamento moral.

A subalternidade do *político* em face da moral nas percepções e construções discursivas sobre o regime democrático foi apontada por Renato Janine Ribeiro em seu livro, *A Sociedade Contra o Social*. O autor, numa discussão filosófica sobre o tema da corrupção, reconhece na imprensa de fins do séc. XX uma tendência que identifica nos costumes de uma suposta comunidade cultural a causa da corrupção. A corrupção, portanto, seria extirpada da política através da reeducação da comunidade ou de seu desenvolvimento moral. Nesta abordagem, a que chama de *antropológica*, segue discutindo os limites desta forma de enxergar o fenômeno da corrupção. Tratando do aspecto mais “financeiro” da corrupção, esta abordagem, ao “reduzir o antropológico, que na verdade é uma construção coletiva de significações, a uma multiplicação de psiques”³⁷ submete o fim da corrupção a um posicionamento ao qual se exclui o aspecto propriamente político. Aos males coletivos e públicos, o voluntarismo individual se faz remédio.

Através de uma estrutura argumentativa dualista que separou moral e política e opôs democratas aos comunistas subversivos e “agitadores”, os grupos conservadores legitimaram a necessidade de virtudes morais à “boa” ação política bem como o regime representativo. Ao aspecto simbólico e sociológico do anticomunismo somou-se uma teoria política democrática particular à experiência do Brasil da década de 1960. Através das oposições presentes neste idioma político aspectos morais foram espoliados³⁸ dos identificados ao comunismo excluindo-lhes a possibilidade de participação na política e de sua identificação com o regime democrático. Observando-se seu caráter tecnicista e objetivo³⁹, os conservadores compreendiam algumas imagens e categorias presentes no debate político enquanto um dado da realidade, e não enquanto construções políticas e sociais. A auto compreensão do cidadão era feita sob o ponto de vista moral, e, na medida em que sua ação política era vista como vício, pois ilegítima, era também

³⁷ RIBEIRO, R. J. *A Sociedade Contra o Social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 165.

³⁸ Segundo Koselleck, nas oposições antitéticas e assimétricas, do “conceito utilizado para si próprio decorre a denominação usada para o outro, que para este outro equivale linguisticamente a uma privação, mas que, na realidade, pode ser equiparada a uma espoliação.” KOSELLECK, R. *Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006, p. 193

³⁹ MANNHEIM, K. O Pensamento Conservador. In: José de Souza Martins. *Introdução Crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec. 1986, pp. 91-104

imoral. A moral é separada da política e aliena-se da realidade política vislumbrando deixar de lado a aporia da política. A ação moral, por não se integrar à política, encontra nesta relação de necessidade a sua virtude. A ação política enquanto vício é um estorvo à moral e a sua autonomia. Além disso, se praticada por “demagogos” ou eleitores não conscientes, contribui apenas para a corrupção do regime democrático. A justiça social, vislumbrada enquanto *bem comum* ao regime democrático, seria capacitada pela ação econômica, mais eficaz e neutra em oposição à política.

Através da ação moral acreditava-se possível varrer o mundo da aporia da política. O conflito político é alienado pela filosofia da história e a crise permanece obliterada sob a cobrança do posicionamento *correto*. Ao acreditarem que as Forças Armadas executariam a Revolução *democrática* de acordo com as crenças e mitos que envolviam os militares ao longo da experiência brasileira e restabeleceriam a ordem legal após o expurgo dos comunistas e da corrupção, os grupos conservadores defrontaram-se com a decisão moral dos militares e o fim do Estado de direito a partir de abril de 1964. Diante da constante negação da presença da política *nos* quartéis e da pretensa neutralidade e unidade militar pelos conservadores e militares, o desenrolar da intervenção militar executou a política *do* quartel.⁴⁰ Ao obliterarem o *político* em relação à moral e não percebê-lo enquanto um horizonte de expectativas, os conservadores anteciparam o fim da crise dentro de um aporte moral. Ao aplicarem ao regime *político* democrático o status de valor moral da civilização “Ocidental”, causaram prejuízos às regras democráticas vigentes e aumentaram as chances de sucesso do Golpe Militar. Esta separação entre política e moral, entretanto, se voltará contra os conservadores.

Esta pesquisa está organizada em três capítulos nos quais se pretendeu analisar como este idioma político orientou-se diante de acontecimentos críticos do governo de João Goulart. Levando em consideração a estrutura argumentativa dual e a obliteração da crise política, procuro demonstrar nesta relação elementos que nos ajudam a compreender o desfecho de 1964. No primeiro capítulo, analiso a concepção democrática presente nos jornais momentos antes da renúncia de Jânio Quadros e suas respectivas relações com a “solução” parlamentarista após

⁴⁰ Sobre a doutrina militar apresentada ao exército na década de 1930 por Góes Monteiro, ver CARVALHO, J. M. de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1978. Volume 9, p. 214.

sua renúncia. Já em julho de 1962, em meio à crise do parlamentarismo e das reivindicações de grupos sindicais por um Primeiro Ministro nacionalista e reformista, serão analisados os argumentos contrários a estas pressões dos trabalhadores ao Congresso. Tento estabelecer neste capítulo uma relação entre a democracia que se consolida no ato da posse de Jango e os acontecimentos ao longo de seu governo. Ao jurar defender e respeitar a Constituição e o regime representativo no ato de posse, garantida por conservadores, inclusive, João Goulart firmava os limites legais de suas ações dentro do regime.

No segundo capítulo, diante da crise do pedido de estado de sítio ao Congresso, nos meses de setembro e outubro de 1963, procuro apresentar a cobrança, por parte dos conservadores, de um posicionamento claro e definido do presidente em relação ao regime democrático representativo. Após a greve de Santos e a Revolta dos sargentos em Brasília, Jango será compelido a abandonar suas bases extra-parlamentares de apoio. A legalidade estaria fundada na representação legítima via Congresso e os grupos sindicais que, identificados ao “comunismo” e à “agitação”, seriam ilegais. O governo de Jango, sob pena de cair na ilegalidade e perder sua autoridade, deveria afastar-se das esquerdas extra-parlamentares também imorais. Ao ter negado seu pedido de instauração de estado de sítio e poderes especiais, João Goulart se isola no espectro político. O pedido de estado de sítio foi lido, à esquerda e à direita, como uma possível inclinação de Jango a sua permanência na presidência e ao Golpe de Estado. O presidente deveria desta forma, por fim à crise através do *correto* posicionamento. Diante da crise, a decisão apresentava-se e era exigida.

Nos meses de março e abril de 1964 a experiência democrática brasileira chega a seu fim. Frente ao caminho escolhido por João Goulart e de sua estratégia política apoiada por grupos extra-parlamentares, o presidente inicia o ano de 64 sob suspeitas de conspirar contra o regime e contra o povo brasileiro. No terceiro e último capítulo a análise será feita sobre estes dois meses. João Goulart e seus aliados sofrem, neste momento, uma espoliação de seus aspectos morais e políticos. Consolida-se o posicionamento democrático cobrado desde sua posse em 1961 e reiterado na crise de 1963. A separação entre moral e política attingia seu ápice. A bandeira das reformas e da defesa do regime frente ao “perigo iminente” é tomada pelos conservadores. Jango, acusado de ser cúmplice de “comunistas” e “agitadores”, seria o “demagogo” interessado apenas na

mistificação das legítimas reivindicações populares para criar um clima de instabilidade e por fim ao regime democrático representativo. As Forças Armadas, unidas e coesas em torno da defesa da hierarquia e disciplina da corporação, fazem coro aos conservadores e a setores sociais expressivos, que por sua vez lhes cobram também um posicionamento. Jango passava à ilegalidade por suas escolhas e orientação *política* relacionada à ampliação da participação e da democracia, e pela proximidade às reivindicações críticas ao *status quo* de grupos à esquerda. Diante da cobrança do posicionamento exigido por conservadores e da obliteração do conflito político-ideológico, as Forças Armadas executam a decisão, sem, contudo por fim à crise. Põem fim à experiência democrática republicana ao aprovarem no Congresso o primeiro dos Atos Institucionais. O regime político perderia sua legitimidade e os “Revolucionários” vitoriosos se auto legitimariam por si mesmos.